

06.

Estrutura Verde

A. Introdução

O conceito de Estrutura Verde insere-se numa estratégia de desenvolvimento sustentado, objecto fundamental das políticas do ordenamento do território.

A Estrutura Verde é constituída pela Rede Urbana, com carácter de proximidade e pela Estrutura Ecológica Municipal com carácter mais extensivo.

Com efeito este conceito deve ser analisado numa perspectiva integrada e global e coloca-se ao nível do País, da Região e do Concelho.

A definição e localização desta estrutura devem ser encaradas, em termos de planeamento, nos diversos níveis, surgindo nas várias figuras de plano, segundo a perspectiva adequada aos respectivos graus e escalas de intervenção.

Nesta perspectiva a presente proposta de Estrutura Verde enquadra-se nos objectivos do PDM já que este tem como objectivo fixar as orientações fundamentais da estrutura espacial do território municipal.

B. A Evolução do Conceito de Estrutura Verde

O conceito de Estrutura Verde tem evoluído ao longo dos tempos. Inicialmente numa perspectiva mais urbana de espaço público urbano, mais tarde, nas cidades de pequena dimensão, em que a paisagem envolvente se fazia sentir dentro da própria urbe, aquele era conotado com a Praça ou o Largo da Igreja.

No séc. XIX, com a revolução industrial e a necessidade de melhorar as péssimas condições de salubridade surgiu a ideia de integração de espaços verdes no tecido urbano. Neste contexto surgiram os conceitos de estrutura verde linear e estrutura verde concêntrica.

As Estruturas Verdes atrás referidas apresentavam-se contudo com uma característica comum, eram estruturas descontínuas, na medida em que não eram previstas ligações perpendiculares ou radiais entre as diferentes faixas que as compunham.

O grande desenvolvimento deste conceito deu-se já no séc. XX, no sentido da transformação destas Estruturas Verdes numa rede contínua.

Por outro lado verificou-se que os processos de concentração das actividades humanas, processos de urbanização, de localização industrial, de extensificação agrícola e de florestação, entre outros, afectavam o território, contribuindo para uma fragmentação das unidades biofísicas e a uniformização das paisagens.

Neste contexto tornou-se inevitável a definição de uma estrutura de espaços e corredores que, de forma articulada, orientassem os processos anteriormente referidos, de modo a garantirem a estabilidade do meio, o aproveitamento dos recursos naturais e que simultaneamente constituíssem espaços de usufruição para as populações.

O moderno conceito de ‘continuum natural’ resultou da integração dos modelos anteriormente referidos com os estudos realizados no domínio da ecologia, a nova ciência que demonstra as interpelações existentes entre todos os factores bióticos e abióticos incluindo o Homem.

Os conceitos ecológicos da continuidade, diversidade e intensificação contribuíram para justificar e reforçar a Estrutura Verde.

C. Caracterização da Estrutura Verde Urbana

A Rede Urbana é constituída por áreas verdes integradas no tecido urbano estabelecendo locais privilegiados para as actividades de recreio e lazer. Esta procura, no cumprimento das directivas comunitárias e nacionais, a valorização e salvaguarda dos valores naturais, numa perspectiva de equilíbrio com as restantes componentes de ordenamento do território.

Na perspectiva dessa valorização ambiental e da qualificação das condições de vida e atractividade concelhias, a definição da Rede Urbana, interage valorizando de forma coesa e integrada a envolvente urbana, fortemente marcada pela presença diversificada de fortes valores patrimoniais não só naturais mas também construídos.

A atractividade da vila sai assim reforçada pela abordagem segundo conceitos de interacção e continuidade com a envolvente. A presença do Rio Minho, da Zona Muralhada, dos equipamentos colectivos, etc., reforça esta unidade territorial, a que a geografia da Rede Urbana dá unidade, surgindo como um espaço multifuncional, em face da diversidade de valores que integra.

O uso potencial é o da valorização da sua condição/potencial natural, promovendo os valores naturais de maior sensibilidade e o uso equilibrado dos restantes, no apoio à desejável vivência diária urbana.

Assim através da definição da Rede Urbana desenvolve-se um conjunto sistematizado e planeado de acções com vista ao conhecimento, conservação e gestão do conjunto de áreas, recursos e valores e sistemas fundamentais naturais, promovendo uma diversidade funcional destes espaços, que vão desde a sua contemplação, uso informal e espontâneo, uso formal organizado (espaços de recreio localizados com recurso a infraestruturas compatíveis com o meio em que se inserem), uso produtivo (agro florestal) e o uso recreativo.

D.

Caracterização da Estrutura Ecológica Municipal

A componente ecológica e natural assume um papel estruturante e determinante no ordenamento do território. O entendimento e compreensão do sistema biofísico, e das questões ambientais, integrando os sistemas naturais, com as suas áreas e valores específicos, é indiscutivelmente essencial para o ordenamento, apesar de se assistir, frequentemente, a um efectivo desprezo pelas características físicas, biológicas e humanas do território.

Actualmente é reconhecido que, tanto os problemas, como as potencialidades de um dado território, mesmo só considerados nas suas linhas fundamentais, desempenham um papel fundamental na orientação dos processos de ordenamento e de desenvolvimento.

Na formação do ordenamento do território do Concelho de Valença procurou-se desenvolver, tanto quanto possível, um entendimento dos valores em presença, consagrando uma parte importante na definição do destino básico dos terrenos, e na sua conseqüente qualificação, bem como na estruturação dos elementos fundamentais em torno da estrutura ecológica municipal, de âmbito transversal à classificação inicial dos solos.

Neste sentido, aborda-se precisamente a contextualização e concepção da componente ecológica e natural no processo de ordenamento do Concelho de Valença, atendendo à definição da estratégia territorial esboçada, aos princípios gerais e que obedeceram a estruturação do território, e às preocupações tidas nessa abordagem, traduzidas fisicamente no processo de delimitação da estrutura ecológica municipal.

No decorrer dos trabalhos de revisão, e no quadro do contexto acima descrito, foi sendo definida e a estratégia territorial concelhia em função da sua forte componente natural, rural, e urbana, e que passa também pela contemporaneidade das suas funções no sistema concelhio.

As transformações que o meio natural tem sofrido no sentido de proporcionar ao homem melhores condições de vida, têm reflexos evidentes na paisagem. A diversidade ecológica das freguesias de Valença associado ao valor cultural introduzido pelo homem, função dos seus valores estéticos e simbólicos, dão ao concelho uma forte herança e expressão cultural.

A topografia do concelho impõe vivências e ocupações diferentes. À maior sinuosidade e valor de cotas altimétricas associa-se uma menor concentração habitacional, populacional e uma maior

dinamização da actividade agrícola. Ao contrário, nos terrenos onde a planície predomina encontra-se uma maior densidade de ocupação urbana, com reflexos nas actividades económicas.

A estruturação do território atende, de igual modo, à realidade do concelho de Valença, onde, a par com outras pequenas cidades e vilas, se nota uma nova identidade que se traduz numa classe com um peso significativo que pratica a pluriactividade; pessoas que têm os seus empregos nos sectores secundário e terciário e que continuam a dedicar parte da sua actividade à agricultura e à floresta e que, para além de serem criadores de uma cultura própria, são geradores da diversidade mantendo os campos e a floresta, a produção e a ocupação da terra.

Esta diversidade, este “banco genético” tem de ser conservado e valorizado, mas sobretudo tem de ser desenvolvido numa perspectiva de racionalização de usos e rentabilização dos recursos, no sentido da continuidade, ou seja, da sustentabilidade.

É sobretudo no equilíbrio entre as novas concepções de ocupação do território e a preservação activa do meio natural que se encontra a capacidade de intervir de forma consistente, coerente, socialmente aceite, que se produz figuras de planeamento capazes de organizar o território de forma sustentável.

Tais possibilidades construtivas, a acontecer de forma extensiva, evidenciam de igual modo, uma preocupação de manutenção da presença humana no território, possibilitando uma relação directa com os sistemas, contrária ao puro e simples abandono das áreas, sem qualquer tratamento, que ao invés da sua potencialização, contribui para a descaracterização dos sistemas em causa.

A estruturação do ordenamento do território de Valença é marcado por uma preocupação fundamental de conciliação entre os sistemas construídos, e os sistemas naturais, incluindo as suas várias valências de ocupação do território, desde os espaços em Rede Natura, os espaços agrícolas, os espaços florestais e silvícolas, os espaços ecológicos e os espaços de valia paisagística, entre outras valorizações.

Muito para além da tal distinção básica entre rural e urbano, e demonstrativa dessa preocupação de cerzir o território com os seus elementos naturais e construídos, assume particular importância e relevância o conceito e transversalidade associada à definição e consolidação, na proposta de ordenamento apresentada, de uma estrutura ecológica municipal.

No âmbito da sua delimitação física enquadra as áreas, valores e sistemas fundamentais para protecção e valorização ambiental dos espaços, quer se tratem dos espaços rurais, quer dos espaços urbanos, assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

Dentro das suas várias valências e componentes integradas, a estrutura ecológica municipal inclui elementos tão variados quanto áreas que pelas suas características orográficas implicam a necessidade de protecção dos solos e da rede hidrográfica, de terrenos arborizados ou cuja arborização é conveniente ou necessária para o bom regime das águas, ou para a fixação e conservação do solo, de áreas sensíveis tais como zonas ribeirinhas, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, de áreas que são constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou que tenham sido objecto de investimentos para aumentarem a sua capacidade produtiva, bem como por áreas de valor ecológico e paisagístico de protecção e conservação dos habitats.

A estrutura ecológica municipal tem ainda por objectivo a preservação e a promoção dos valores ecológicos e ambientais do território, assegurando a defesa e a valorização dos elementos patrimoniais e paisagísticos relevantes, a protecção das zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de lazer e recreio.

Adicionalmente à Rede Urbana, a proposta da estrutura ecológica municipal contempla ainda um vasto conjunto de áreas constituídas por espaços complementares, cuja ocupação é condicionada (ainda que algumas áreas não integrem condicionantes dos regimes previstos na legislação), dedicados sobretudo às actividades agrícolas, silvícolas e florestais, bem como a outras acções compatíveis com a salvaguarda e valorização do património natural.

Para além de englobar áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental, esta estrutura é constituída ainda por elementos resultantes da humanização do território que representam a cultura e identidade locais. Aqui incluem-se os elementos patrimoniais (tais como os Caminhos de Santiago) e alguns equipamentos de recreio, lazer e culto uma vez que têm uma forte relação com a paisagem. Esta sobreposição permite usufruir da qualidade ambiental que os sistemas que compõem a Estrutura Ecológica representam. Em meio preferencialmente urbano, a sobreposição com a estrutura ecológica cria a oportunidade de desenvolver percursos em áreas não edificadas e conseqüentemente contribuir, não só para a sua qualidade ambiental, como também para a requalificação do espaço público. Significa ainda uma melhoria substancial para os percursos, uma vez que a existência de uma rede contínua potencia a existência de redes de percursos pedonais e cicláveis.

A continuidade desta estrutura bem como a integração de valores culturais e cénicos reforçam-na por potenciar o reconhecimento do seu valor cénico e de suporte às actividades de lazer, religiosas e de fruição da paisagem. Assim, a definição e delimitação desta estrutura ecológica permitirá a formalização das transformações que podem ocorrer nestes sistemas ecológicos e culturais.

E. Conclusão

Objectivamente o que se pretende é dar indicações em termos de gestão do território chamando a atenção para áreas que interessará salvaguardar enquanto áreas de sensibilidade ecológica, ambiental e patrimonial e que em continuidade deverão ser salvaguardadas numa perspectiva de que existem interligações entre todos os factores bióticos e abióticos que constituem o território concelhio.

Em termos cartográficos a leitura da carta apresentada apenas diz respeito ao território biofísico não considerando a ocupação urbana, mas esta está salvaguardada pelos perímetros urbanos definidos em cartografia específica do PDM.

Assim, a força legal desta cartografia apresentada pela Estrutura Ecológica Municipal, é baseada na força legal das áreas coincidentes com as condicionantes legais do PDM, mas será ainda para além disso uma carta de RECOMENDAÇÕES para os técnicos de planeamento, chamando a sua atenção para áreas a salvaguardar ou a controlar da invasão da edificação urbana e a reservar para ocupações que sejam mais compatíveis com a salvaguarda do meio natural.